

A Economia Brasileira (1954),

de Celso Furtado

Mauricio Chalfin Coutinho

Instituto de Economia Unicamp

coutinho@unicamp.br

Resumo

O artigo descreve o primeiro trabalho de Furtado de grande porte voltado à construção de modelos econômicos de grande escala, voltados a explicar a evolução da economia brasileira: A Economia Brasileira, editado em 1954. Esta técnica, que se veria consagrada em Formação Econômica do Brasil, de 1959, notabilizou Furtado. Também se apresentam as relações entre a obra de 1954 e a de 1959, bem como comparações com trabalhos anteriores de Furtado de natureza histórica. O objetivo do artigo é tanto apresentar uma obra pouco lida (A Economia Brasileira), como auxiliar no entendimento da construção da abordagem histórico-estrutural de Furtado.

Abstract

The article describes Furtado's first work based upon the construction of large scale economic models through which he to explained the evolution of the Brazilian economy: A Economia Brasileira (The Brazilian Economy), published in 1954. This technique, that he perfected in The Economic Growth of Brazil (1959), established Furtado as an economic historian. The article compares the 1954 and the 1959 books, and also relates the 1954 book with his previous works. The purpose of the article is twofold: to introduce a book that is not well known (The Brazilian Economy) and to shed light on the building of Furtado's historic-structural approach.

1. Introdução

Em 1954, Celso Furtado publicou seu primeiro livro sobre desenvolvimento econômico, de modo geral, e sobre o desenvolvimento econômico brasileiro - origens, evolução e dilemas -, de modo particular: *A Economia Brasileira (Contribuição à Análise de seu Desenvolvimento)*.¹ Primeiro trabalho de Furtado a aplicar em grande escala a técnica de construção de modelos econômicos que visam explicar “Como se forma o fluxo de renda em cada um dos sistemas econômicos que se sucederam no território do país...” (Furtado, 1954,15), *A Economia Brasileira* revelou-se um projeto inovador e de certa complexidade, que veio a adquirir maturidade em obra de muito maior ressonância, *Formação Econômica do Brasil*, publicada em 1959.

A *Economia Brasileira* pode ser tomada como uma antecipação de *Formação Econômica do Brasil*. O próprio Furtado esclarece no prefácio desta obra que sua parte final (*Economia de Transição para um Sistema Industrial – Século XX*) segue o ensaio de 1954. Não seria excessivo dizer que as partes Um (*Fundamentos Econômicos da Ocupação Territorial*) e Dois (*Economia Escravista de Agricultura Tropical – Séculos XVI e XVII*) também retomam o espírito, se não a estrutura, do trabalho de 1954. De modo análogo, podem ser encontrados neste último traços da tese doutoral de Furtado, *Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII*,² de 1948, bem como elementos de um artigo de 1950, *Características Gerais da Economia Brasileira*,³ o qual, a rigor, apresenta uma primeira versão das tipologias da evolução econômica brasileira que se tornariam características de Furtado.

A despeito das continuidades e do evi-

¹ No que segue, *A Economia Brasileira*.

² No que segue, *Economia Colonial*.

³ No que segue, *Características Gerais*.

dente caráter antecipador em relação a *Formação Econômica do Brasil*, que veio a ser admitida como uma obra-mestra do estruturalismo, *A Economia Brasileira* permanece um dos menos lidos e reconhecidos trabalhos de Furtado.⁴ Na verdade, a obra nunca foi reeditada e sua única edição, financiada pelo autor, foi de pequeno volume. Até mesmo os detalhes de sua elaboração são pouco conhecidos. No relato biográfico, Furtado (1985) não detalha as razões de haver decidido empreender um trabalho histórico-teórico de fôlego, em um momento em que as atividades iniciais da comissão BNDE-Cepal exigiam grande atenção. Informa apenas, e sucintamente, que resolveu reunir em um livro as reflexões sobre os temas que o preocupavam na ocasião: teoria do desenvolvimento, economia brasileira (perspectiva histórica e problemas correntes), crítica das ideias sobre desenvolvimento econômico. Além disso, dá a entender que evitou enredar-se nos debates de circunstância sobre política e economia, muito acesos no Rio de Janeiro à época, optando antes por submeter as questões econômicas a uma reflexão disciplinada, a envolver conhecimentos de teoria econômica, história econômica, política econômica. Com efeito, o leitor não deixará de perceber que, a par da reconhecida familiaridade com história do Brasil e economia agro-açucareira do Nordeste, *A Economia Brasileira* revela fluência no tratamento das questões cambiais e na descrição dos fluxos de renda em uma economia aberta. É perceptível que a bagagem em história do autor vira-se acrescida de um conhecimento refinado de macroeconomia, relações econômicas internacionais, fluxos de renda; em outras palavras, a prática em análise econômica desenvolvida nos anos de atividades na CEPAL faz-se sentir no ensaio de 1954. Sobretudo, *A Economia Brasileira* consolidou a aplicação do instrumental analítico da economia a períodos distintos da história, tendo em vista a

⁴ Poucos estudiosos, entre os quais Bielschowsky (1986), ressaltaram o caráter antecipador da obra de 1954 em relação à de 1959.

construção de sínteses da estrutura e da evolução da economia brasileira – uma metodologia e um projeto característicos da abordagem histórico-estrutural, que se revelariam amadurecidos em Formação Econômica do Brasil.

O presente artigo, de caráter predominantemente descritivo, busca reconstituir as características e as principais contribuições de A Economia Brasileira. Em paralelo, destacar conexões (ou rupturas) com os textos de caráter histórico que o antecedem – Economia Colonial e Características Gerais – e sucedem – Formação Econômica do Brasil. Acredito que a comparação entre estes quatro trabalhos de caráter histórico, escritos ao longo de uma década (1948-59), pode auxiliar no entendimento da construção da abordagem histórico-estrutural de Furtado.

A estrutura do artigo é a que segue. Após esta Introdução, a seção 2 descreve a estrutura da obra e aborda aspectos teórico-metodológicos do capítulo I. A seção 3 sumaria os principais argumentos sobre a evolução da economia brasileira, dos capítulos II, III, IV, V.⁵ A seção 4 procura identificar temas e recursos teóricos da tese doutoral, bem como de Características Gerais, presentes em A Economia Brasileira. A título de conclusão, a seção 5 reforça os traços comuns às várias versões do modelo histórico-estrutural de Furtado.

2. A Economia Brasileira: a estrutura do texto

A Economia Brasileira tem seis capítulos. O último (Formulação Teórica do Problema do Crescimento Econômico), de caráter geral e não imediatamente voltado ao caso brasileiro, não será objeto deste artigo.⁶ Já o primeiro (As

5 O artigo pressupõe familiaridade do leitor com Formação Econômica do Brasil, cuja argumentação não será sumariada. Breves notas indicam os pontos em que a antecipação do livro de 1954 relativamente ao de 1959 é mais evidente.

6 O capítulo VI se tornaria bem conhecido ao ser republicado em Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (Furtado, 1961).

Categorias fundamentais do Processo Histórico do Crescimento Econômico), também de caráter geral, merece um comentário porque nele se antecipam soluções teóricas que reapareceriam, em novas roupagens e aplicadas a situações históricas diversas, em sínteses posteriores da história econômica brasileira.

Como a sistematização da evolução econômica brasileira é desenvolvida nos capítulos II, III, IV e V,⁷ pode-se dizer que os capítulos I e VI, de caráter geral, complementam o núcleo histórico do texto. Aqui reside uma diferença em relação à Formação Econômica do Brasil, que, como se sabe, não contém capítulos de natureza exclusivamente conceitual.

Os capítulos II (A Unidade Colonial Exportadora-Escravista), III (A Nova Economia Colonial e seus Mecanismos de Defesa) e IV (A Crise do Setor Colonial e o Deslocamento do Centro Dinâmico) contêm o núcleo da explicação de Furtado para a dinâmica da economia colonial brasileira e a natureza do processo de industrialização por substituição de importações. São estes os capítulos que de modo mais claro antecipam Formação Econômica do Brasil, sendo que o segundo e o terceiro não deixam de se reportar a Economia Colonial. O capítulo V (A Infraestrutura de Desequilíbrios do Crescimento Recente), que discute os dilemas de política econômica no período da Segunda Guerra e do pós-guerra, antecipa o tratamento dos economistas da CEPAL à inflação estrutural e evidencia a preocupação de Furtado com os problemas correntes da economia brasileira. Recorrer à história para embasar a análise de problemas econômicos correntes, um traço do texto de 1954 antecipado por Características Gerais, reflete o caráter instrumental das sínteses de evolução histórica de Furtado.

7 Uma transcrição compactada dos capítulos II, III e IV forma os três capítulos de Uma Economia Dependente (Furtado, 1956), folheto publicado pelo Ministério de Educação e Cultura.

O capítulo I inicia com uma discussão geral sobre o papel do comércio na elevação da produtividade e na produção de excedente. De acordo com Furtado, economias e unidades produtivas isoladas, muitas vezes familiares, têm mínimas condições de expansão. Já o comércio – por exemplo, a venda de produção agrícola para aglomerados urbanos – estimula a divisão do trabalho, a especialização e a melhor utilização do potencial produtivo das regiões. O feudalismo europeu teria decorrido da regressão econômica provocada pela retração do comércio. Bastou o restabelecimento de fluxos comerciais para que se rompesse o isolamento das unidades produtivas e das regiões e se estimulasse o aumento de produtividade.⁸ Furtado entende que a dinâmica comercial, a despeito de seu papel positivo na integração de sistemas de produção fechados, encontra limites em fatores disruptivos por ela estimulados, como a concentração de riqueza, as tentativas de submissão de povos, os conflitos provocados pela disputa de exclusivos. Para o autor, o comércio tende a provocar uma dissociação entre o mecanismo de acumulação de capital e o processo produtivo; ou um desvio da riqueza, do processo produtivo para o fausto e as obras improdutivas.

Ademais, a dominância de polos comerciais leva à apropriação dos frutos do aumento de produtividade das comunidades subordinadas. A subordinação envolve sempre um ‘sistema de apropriação do incremento de produtividade’ e pode até mesmo provocar retração das atividades produtivas e regressão da estrutura social nos centros dominantes. A Espanha após a descoberta da América é o caso representativo da possibilidade de regressão do polo dominante em sequência a um aumento substancial da produtividade média da economia.

⁸ É bem clara a influência de Pirenne na visão de Furtado sobre o mundo feudal, papel da retração do comércio, potencialidades abertas pelo restabelecimento do comércio. Pirenne fora uma influência marcante da tese doutoral de Furtado. A este respeito, ver Silva (2011).

Note-se que aumento de produtividade é entendido como maior disponibilidade de bens sem elevação do número de horas trabalhadas. No exemplo espanhol, um simples mecanismo de expropriação colonial, o qual provocou elevação de preços e desestímulo a um sem-número de atividades produtivas no território metropolitano. O exemplo é sugestivo, por representar a situação clássica de aumento de ‘produtividade econômica’ com diminuição de ‘produtividade física’, acompanhada de concentração de riqueza.

O significado de ‘economia industrial’ fica claro em seu contraste com ‘economia comercial’. Segundo Furtado, enquanto na economia comercial os aumentos de produtividade podem advir simplesmente da expansão dos mercados e da possibilidade de ampla utilização dos fatores disponíveis, na economia industrial os aumentos de produtividade estão ligados a mudanças na organização da produção. Trata-se não apenas de utilizar mais recursos, senão de expandir o produto por unidade de recursos, ou um aumento de produtividade de caráter não apenas ‘econômico’, mas também ‘físico’. Especificamente, “... aumentar a produtividade física de um fator (a mão-de-obra) mediante a intensificação do uso de um outro (o capital).” (Furtado, 1954, 34)

Em Formação Econômica do Brasil, a expressão ‘economia industrial’ viria a ser retomada para explicar as diferenças (nos fluxos de renda e no processo de capitalização) entre economias escravista-exportadoras e economias baseadas em trabalho livre.⁹ Sugestivamente, a transição entre os dois tipos de organização econômica e de produtividade, ou a passagem da ‘economia comercial’ à ‘economia industrial’, é em A Economia Brasileira ilustrada pela situação

⁹ Ver Formação Econômica do Brasil (no que segue, nas notas de rodapé, FEB.), parte II, cap. 9.

de economias comerciais nas quais capitalistas passam a organizar o processo de produção. Furtado menciona o caso de Veneza e de outras cidades-estado italianas, nas quais a decorrência da apropriação do processo produtivo pelo comércio teria sido a aplicação do lucro mercantil na contratação de mão-de-obra, compra de matérias primas etc, ou, ainda, a transição para o ‘lucro industrial’. Nessa situação temos pagamento de fatores a partir da venda dos produtos, o próprio lucro constituindo um dos fatores. O pagamento de fatores passa a ser a “... contrapartida financeira de uma operação real de produção” (Furtado, 1954, 37). A venda do produto é condição de pagamento dos fatores, inclusive de liquidação dos empréstimos obtidos para as atividades produtivas. Em presença do ‘lucro industrial’, a manutenção do fluxo de produção e liquidação de compromissos torna necessária a reaplicação dos lucros na atividade produtiva.

Em especial, a atividade industrial cria um fluxo de pagamento de salários e remunerações externas ao capitalista, o que significa geração de renda.¹⁰ O capitalista torna-se um ‘organizador da produção’, elemento determinante na criação de renda e na transformação da comunidade. O processo produtivo fomenta a demanda, ocorrendo um aumento simultâneo da procura e da oferta de bens. Em contrapartida à circulação de bens, um permanente fluxo monetário entre as partes envolvidas no processo produtivo. Ao considerar a demanda exercida a partir do pagamento de renda monetária aos trabalhadores envolvidos no processo produtivo, Furtado abre as portas para a incorporação do mecanismo multiplicador a sua análise. Antes disso, e primordialmente, assinala que a necessidade de

¹⁰ “Numa economia industrial a inversão faz crescer diretamente a renda da coletividade em quantidade idêntica a ela mesma. Isto porque a inversão se transforma automaticamente em pagamento a fatores de produção”. Já na economia exportadora-escravista, “... a nova inversão fazia crescer a renda real apenas no montante correspondente à criação de lucro para o empresário. Esse incremento da renda não tinha ... expressão monetária, pois não era objeto de nenhum pagamento”. Furtado (1959, 85)

relançar os recursos no processo produtivo faz com que a economia industrial seja um sistema necessariamente expansivo. Ao contrário da economia comercial, a economia industrial não pode acomodar-se com o entesouramento dos lucros. Ademais, a concorrência entre os produtores e a busca do lucro necessariamente conduzem a maior produtividade e inovação. A articulação entre técnica e acumulação de capital torna-se o ‘núcleo central do mecanismo da economia industrial’, o que transforma o aumento de produtividade por meio do progresso técnico em um processo interno e contínuo. Na ‘economia comercial’, ao contrário, o progresso técnico não é contínuo ou auto-induzido pelo próprio processo de geração de riqueza.

Por meio da distinção entre ‘economia comercial’ e ‘economia industrial’, Furtado antecipa alguns elementos do contraponto entre economias agroexportadoras escravistas e economias baseadas no trabalho pago, típicos dos capítulos históricos de A Economia Brasileira e de Formação Econômica do Brasil. A questão será retomada na seção subsequente, bem como nas conclusões.

3. A economia brasileira: o modelo histórico.

Para explicar as características da economia colonial brasileira, Furtado distingue no capítulo II dois tipos de colonização, a colônia como entreposto e a colonização ‘industrial’, ligada à busca de matérias primas. A última envolve a exportação de capital e técnica, bem como a utilização dos recursos locais, naturais e humanos. Se houver exportação de mão-de-obra da metrópole, a colônia industrial será um prolongamento da economia metropolitana – caso da Austrália e da Nova Zelândia do século XIX. Já quando ocorrer exportação apenas da técnica, com utilização de força de trabalho e recursos lo-

cais, a situação será outra: a renda que circula no território é menor e o impulso dado às economias locais pode ser pequeno, como na mineração. Por fim, a colonização que requer muita mão-de-obra – é o caso da produção de bens agrícolas demandados pelo mercado internacional – pode introduzir profundas transformações na economia colonial.

Em todas essas situações, o impulso dinâmico é dado pela demanda externa. Não se cria uma ‘economia industrial autônoma’. Faltam os mecanismos de realimentação – pagamento de fatores internos – e a transformação da produtividade, de meramente ‘econômica’ em ‘física’. Eventuais aumentos de produtividade (via preços) transformam-se em lucros transferidos à metrópole. Não há estímulo para a substituição de mão-de-obra por capital. Inexiste aumento de produção por unidade de mão-de-obra. Afinal, e principalmente, os frutos dos aumentos de produtividade não transformam a economia local; ao contrário, tende a ocorrer concentração das atividades nos produtos com vantagens nos mercados internacionais. Aliás, a economia colonial especializa-se em produtos com elevada elasticidade de demanda, portanto, problemáticos. Além disso, os empresários não são levados a transformar a produção, já que, nos momentos de alta de preços e de lucros, simplesmente expandem seu consumo.

Furtado resume sua descrição da economia colonial a uma fórmula: “... o processo de formação de capital não se comporta como uma peça integrante do sistema econômico.” (Furtado, 1954, 63). Ou ainda, a economia colonial não constitui um ‘sistema econômico’, senão ‘parte dependente’ de um sistema. Voltaremos às transformações que sofre o conceito de economia colonial na seção 4.

A natureza específica do processo de

colonização do Brasil é apresentada por meio dos contrastes entre a colonização que envolve e a que não envolve força de trabalho local a ser explorada; por exemplo, a das colônias inglesas do Norte da América em contraste com as do sul, ou ainda com o Nordeste brasileiro. Furtado afirma que, por não haver de imediato sido aberto acesso a artigos de valor elevado, as colônias do Norte não ofereciam oportunidades de ganhos comerciais significativos para as companhias comerciais: um típico caso de fracasso para as companhias exploradoras acompanhado, todavia, por fixação de população nas terras colonizadas, indutora de grandes transformações no futuro.¹¹

O caso oposto, o de colonização baseada na exportação de capital e de técnica – como na exploração de metais no México –, implicou destruição de civilizações prósperas e criação de grande riqueza exportadora, favorável apenas ao explorador. Não se forma qualquer ‘corrente importante de renda’ entre o setor exportador e o de subsistência. A abundância de mão-de-obra limita os salários. Não se cria um “processo autônomo de desenvolvimento” (Furtado, 1954, 70). Processos autônomos de desenvolvimento sempre envolvem o pagamento de fatores, principalmente mão-de-obra.

Para Furtado, a economia colonial brasileira representou uma combinação dos dois tipos extremos acima identificados, ou um caso intermediário e de características próprias: escassa população local, aproveitamento de terras tropicais por meio da agricultura, exigência de investimentos iniciais consideráveis... O ‘mecanismo econômico’ envolve unidades produtoras independentes, preços fixados no mercado exportador, nível de renda no interior da colônia determinado pelo nível de preços. Adicionalmente,

¹¹ A mesma ideia será desenvolvida com detalhes em FEB, parte I, cap. 5.

todos os fatores de produção são de propriedade do empresário e a massa de lucros representa o elemento residual, obtido a partir da dedução dos custos fixos do valor de venda dos produtos. Para complementar, mercado interno inexistente e ausência de gastos monetários, o que significa que o investimento não exerce qualquer efeito sobre a renda da coletividade.

Este último aspecto é essencial. Em uma economia industrial, "... a inversão faz crescer diretamente a renda da coletividade em quantidade idêntica a ela mesma ... porque a inversão se transforma automaticamente em pagamento a fatores." (Furtado, 1954,73). Já em uma economia colonial-escravocrata, parte da inversão (inclusive a compra de escravos) representa pagamentos fora da colônia, sendo o lucro a diferença entre receita e custos de reposição e de manutenção da força de trabalho. Uma nova inversão "... fará crescer a renda real num montante correspondente à criação de lucros..." (Furtado, 1954, 74); porém, o incremento de renda (os lucros) não tem 'expressão monetária'. Enfim, as inversões não criam um fluxo de renda monetária, o que bloqueia o multiplicador. Na economia colonial-exportadora, o fluxo de renda do território estabelecia-se entre o conjunto das unidades produtivas e o exterior.¹²

Furtado acrescenta que o fluxo de renda no interior da unidade econômica era de natureza puramente contábil. Custos e lucros poderiam ser apurados, sem que tivessem expressão monetária. Trata-se de um caso típico de especialização econômica e de produção orientadas para o comércio – o contrário do feudalismo –, porém, com ausência de pagamento de fatores no interior do território.¹³

¹² Ponto retomado e detalhado em FEB, parte I, cap. 9.

¹³ O equívoco de considerar 'feudal' a colonização brasileira é tema recorrente em Furtado. Está presente em *Economia Colonial*, retomado em *A Economia Brasileira e reiterado em FEB (Parte Dois, capítulo 9)*.

Algumas características adicionais de estruturas coloniais exportadoras como a brasileira merecem destaque. Em primeiro lugar, a grande estabilidade. Regressão de demanda e de preços traduz-se em lenta retração, na medida da incapacidade de reposição da mão-de-obra. Sem possibilidades de migrar para cultivos alternativos de exportação, a unidade produtora continua a operar, refletindo-se a retração do mercado na compressão dos lucros do proprietário. Em segundo lugar, o crescimento da economia, condicionado sempre à demanda externa, dá-se por adição de unidades similares, o que significa ausência de indução a progresso técnico. Finalmente, nenhuma possibilidade de 'auto-propulsão', uma vez que, pela inexistência de mercado interno, os lucros aplicam-se apenas na expansão das mesmas atividades exportadoras. O quadro geral é marcado por ausência de integração econômica e pela justaposição de unidades produtivas independentes, relacionadas apenas ao exterior. Nesta economia, os aumentos de produtividade (por elevação de preços) tendiam a ser retidos no exterior.

O capítulo III, que apresenta os mecanismos de defesa da economia colonial, antecipa abertamente algumas das formulações bem conhecidas de Formação Econômica do Brasil. O ponto de referência é ainda a unidade exportadora, porém, Furtado agora enfatiza a convivência entre as atividades de exportação e uma 'economia de subsistência', formada por população não absorvida pelas unidades produtivas escravistas ou dela repelida em momentos de crise.

A 'economia de subsistência' é o ponto chave para o estabelecimento da identidade da formação econômica brasileira, em dois sentidos. Em primeiro lugar, por ter sido decisiva na ocupação do território, uma questão crucial para a delimitação da nacionalidade. Em segundo, pelo fato de a esfera de subsistência reter

mão-de-obra; ou, ainda, absorver nos momentos de crise exportadora os fatores antes ocupados nas atividades de exportação, e dela liberados a despeito da capacidade de resistência da economia escravocrata-canavieira. Assim, os ciclos da economia colonial de exportação geram resíduos que vêm a engrossar a ‘economia de subsistência’, o que teria ocorrido na economia canavieira e de modo mais marcante ainda na economia mineradora, em sua crise.

A ocupação do território e a multiplicação da população, asseguradas pela ‘economia de subsistência’, alteram os dados básicos do problema colonial brasileiro: “... de país praticamente desprovido de mão-de-obra, o Brasil transformara-se em região dotada de uma extensa economia de subsistência, que poderia constituir uma fonte de força de trabalho”. (Furtado, 1954, 86) Com a identificação de uma reserva de trabalho dispersa pelo território, Furtado pavimentava o caminho para a construção de um modelo de crescimento com oferta ilimitada de mão-de-obra.

Curiosa e digna de nota é a apresentação sucinta dos outros grandes ciclos exportadores baseados em mão-de-obra escrava, o da mineração e o do café. Como são considerados parte da dinâmica colonial-escravista, diferem, na visão de Furtado, apenas em detalhes do modelo canavieiro. A ênfase na plantation escravista canavieira, diante do pequeno destaque conferido à mineração e ao café escravista, reforça a ideia de que a economia canavieira afinal representa uma espécie de matriz dos modelos de economia colonial-escravista brasileira, não apenas no sentido cronológico, mas também lógico. As características dos demais ciclos escravistas-exportadores seriam apresentadas a partir de suas diferenças em relação à economia canavieira. Voltaremos ao tratamento bastante sumário dado ao ciclo cafeeiro escravista, mas vale notar que, na síntese

histórica de Furtado, o cultivo de café destaca-se menos por sua imensa importância econômica no Brasil independente do que por haver sido a base da transição da economia colonial para o regime de assalariamento.

Como combinar excedente populacional interno e impossibilidade de formação de um mercado de trabalho livre sem imigração? Apesar de decisiva, esta questão recebe solução provisória e insuficiente na obra de 1954, uma vez que - sempre conforme Furtado -, suprimido o trabalho escravo e encontrada solução para o problema da mão-de-obra livre por meio da imigração, o Brasil tenderia a se defrontar com elevação dos salários, não fora a reserva de trabalhadores nos setores de subsistência. De todo modo, o processo imigratório representa um ponto de virada histórico e conceitual, por, de um lado, significar a implantação do trabalho assalariado ou contratado, com todas as implicações sobre fluxo de renda e formação do mercado interno; de outro, combinar-se a um excedente de mão-de-obra interna que viria a frear uma subida de salários que seria incontornável caso o país dependesse apenas de mão-de-obra imigrante.

São evidentes as lacunas do argumento sobre a formação de uma economia exportadora com mão-de-obra livre de *A Economia Brasileira*. Antes de mais nada, e como observado, o texto trata sumariamente da cafeicultura escravista. Além disso, não esclarece como pode um excedente de mão-de-obra não imediatamente integrado à lavoura canavieira – a população local – representar pressão de oferta em um mercado de trabalho que só veio a se constituir graças à imigração.¹⁴

Seja como for, a presença de mão-de-obra livre altera radicalmente o fluxo de renda.

¹⁴ FEB viria a conceder um tratamento bem mais detido à formação do mercado de trabalho livre no Brasil. Ver em especial Parte Quatro, caps. 21 e 22.

Estabelecem-se diferenças essenciais em relação ao modelo canavieiro, uma vez que o empresário tem que pagar a cada fator, em especial aos trabalhadores, permanecendo com o resíduo. Além disso, cria-se um novo contraste, aquele que contrapõe a renda dos assalariados à renda dos proprietários. Enquanto a totalidade da renda dos assalariados se transforma em consumo, parte da renda dos proprietários aumenta o capital. O poder de compra dos trabalhadores, por sua vez, estimula fornecedores, os quais também são remunerados monetariamente e se integram à corrente de gastos. Enfim, passa a haver gastos de consumo no país, e sua soma "... excede de muito a renda monetária criada pela atividade produtora-exportadora." (Furtado, 1954, 90). Na economia assalariada, o multiplicador atua plenamente.

É importante acrescentar que o consumo impulsiona a produção interna, a qual, por sua vez, absorve fatores antes subutilizados. Logo, além do multiplicador, o modelo de Furtado contempla um efeito subsidiário não desprezível, que é a elevação da produtividade por meio de mobilização de fatores ociosos. De todo modo, o assalariamento é sempre o elemento fundamental, uma vez que "A massa de salários paga no setor exportador vem a ser ... o núcleo central de uma economia de mercado interno." (Furtado, 1954, 90/91) Esta massa de salários cresce por expansão do emprego, e não do salário, graças ao excedente populacional.¹⁵ O resultado é elevação da produtividade média do trabalho e retenção do excedente nas mãos dos empregadores.

Por outro lado, a ausência de pressão salarial deixa de estimular o progresso técnico no cultivo do café. Algum progresso técnico nos transportes é admitido, porém, no fundamental, Furtado considera que o cultivo permanece inal-

¹⁵ A relação entre os salários nos setores dinâmicos e nos setores de subsistência é explorada no capítulo 26 (Parte Quatro) de FEB.

terado, sem aumento da produtividade do trabalho ou da terra. A expansão do cultivo sempre se dá por ocupação de novas terras. A razoável incompressibilidade dos salários faz com que a pressão na baixa do ciclo se concentre nos lucros. Vale lembrar que compactação dos lucros na baixa cíclica também fora uma característica da plantation escravista.

Antecede a análise da reação à baixa cíclica uma ponderação a respeito das dificuldades de adaptação das economias primário-exportadoras ao padrão-ouro,¹⁶ que, em termos sumários, mostra as dificuldades de adaptar as economias exportadoras à tradicional solução de contração de crédito, devido à elevada participação relativa do comércio internacional na formação da renda e à extrema contração do nível de atividades requerida pelo ajustamento do balanço de pagamentos. Enquanto na economia exportadora escravista a contração das importações afeta apenas a classes proprietárias, na economia exportadora assalariada a demanda por importações provém de diversos segmentos da população. Não podemos esquecer que, em presença de trabalho assalariado, "... a procura monetária tende a crescer mais que as exportações." (Furtado, 1954, 95) Com a crise, cessa a entrada de divisas, mas a demanda por importações é mantida ou custa a cair. Os termos de intercâmbio deterioram, ocorre fuga de capitais e não há reservas cambiais suficientes para enfrentar a transição até o relançamento das exportações.

A decorrência é a pressão por desvalorização cambial, a qual, se preserva a renda interna, provoca uma 'socialização dos prejuízos'. A tese da 'socialização dos prejuízos', que, conforme veremos, fora antecipada em *Características Gerais, vê-se agora amplamente desenvolvida*.¹⁷

¹⁶ Ponto classicamente antecipado por Prebisch e retomado em FEB (Parte Quatro, capítulo 27).

¹⁷ A tese reaparece, nos mesmos termos, em FEB, Parte Quatro, cap. 28. Love (1986) nota que a ideia de 'socialização das perdas' aparece pela primeira vez (sem esta designação) em *Características Gerais*.

Em termos resumidos, a tese sustenta que a mudança da taxa de câmbio efetua uma transferência de renda do numeroso contingente dos que pagam as importações para o pequeno grupo de exportadores, agravando a concentração de renda e riqueza já típicas da economia colonial. Por outro lado, o prêmio aos exportadores atenua o desestímulo à expansão do cultivo do café, gerando pressão permanente de oferta em um mercado internacional que tem no Brasil o grande produtor. Origina-se uma permanente tendência à superprodução, a qual, por sua vez, impede a correção dos efeitos da crise.

Furtado acrescenta que a concentração de poder nas mãos dos produtores de café leva a uma permanente e bem-sucedida mobilização política a seu favor, cujo ponto culminante foi a política de formação de estoques adotada no início do século XX. Como veio a gerar uma espiral ascendente de produção e estoques a pressionar cada vez mais o mercado, a política econômica protegeu os exportadores e amou o gatilho das crises subsequentes.

É importante notar que o assalariamento e a criação de uma rede de produtores vinculados ao mercado interno não impediram que a economia do café formasse um bloco de poder político e financeiro, decisivo no bloqueio ao surgimento de uma verdadeira economia de mercado interno. O papel crucial representado pelo elemento político no retardamento da superação do modelo primário-exportador no Brasil é um tema decisivo - e pouco destacada pelos comentadores - do modelo histórico de Furtado

A economia orientada pelo mercado interno seria o subproduto da crise de 1929 e de seu brutal impacto sobre as exportações de café. Esta crise e as reações a ela são analisadas no capítulo IV (A Crise do Sistema Colonial), que, conforme Furtado, antecipa o tratamento dado ao

tema em *Formação Econômica do Brasil*.

Antes de chegar à crise, Furtado recapitula as consequências principais da política de proteção à queda dos preços do café via formação de estoques: favorecimento aos lucros dos cafeicultores, expansão do plantio, expansão dos estoques e da oferta internacional em um mercado limitado pelas baixas elasticidade-preço da demanda e elasticidade-renda do produto. Características Gerais já destacara a baixa elasticidade-preço e a baixa elasticidade-renda dos produtos primários exportados, elementos decisivos da tese de deterioração dos termos de intercâmbio de Prebisch. Furtado acrescenta que o governo e os cafeicultores teriam incorrido em erro ao não levarem em conta "... as características próprias de uma atividade econômica de natureza tipicamente colonial..." (Furtado, 1954,117/118), as quais repousam, essencialmente, no peculiar equilíbrio entre oferta e demanda.¹⁸

Os elementos deste equilíbrio são: pelo lado da oferta, equilíbrio balizado apenas por esgotamento de fatores; pelo lado da demanda, por saturação do mercado internacional. Em consequência, o crescimento da oferta de café só encontraria barreiras na remotíssima hipótese de esgotamento da disponibilidade de fatores, ou, alternativamente, na nada remota possibilidade de saturação do mercado diante da expansão da oferta. Cria-se uma rota em direção à crise apenas contornável pelo surgimento de atividades exportadoras igualmente lucrativas, capazes de concorrer pelos recursos aplicados no café, algo que não ocorreu. Além disso, qualquer restrição da oferta do produto brasileiro não teria sido capaz de impedir a expansão dos concorrentes. Não há dúvida de que a visão sobre a inexorabilidade da crise envolve um pessimismo sedimentado em relação às possibilidades de êxito do

¹⁸ O peculiar equilíbrio entre oferta e demanda na lavoura cafeeira é tema do capítulo 30 de FEB.

modelo agroexportador brasileiro.

Vale assinalar, tendo em vista a posterior apresentação do diagnóstico da inflação para o período pós-Segunda Guerra, uma breve nota a respeito do caráter inflacionário da política de retenção de estoques financiada por empréstimos externos. Os empréstimos internacionais utilizados na manutenção dos estoques representariam uma injeção de dinheiro na economia, cujo caráter inflacionário seria amplificado ainda pela baixa elasticidade de oferta, tanto para alimentos como para produtos manufaturados. Se acrescentarmos a esse quadro o retorno ao padrão-ouro no imediato pré-1929, em decorrência da situação cambial favorável gerada pelo superávit comercial e pelos empréstimos externos, o desfecho não poderia deixar de ser a pronta liquidação das reservas aos primeiros sinais da crise internacional.

Furtado conclui que o imenso estoque de café formado pela política de sustentação de preços torna impossível a adaptação dos conhecidos mecanismos de proteção diante de crises de demanda. Resume os dilemas de política econômica no pós-crise às três questões canônicas que seriam transpostas a Formação Econômica do Brasil:¹⁹ 1) continuar a colher o café ou deixá-lo apodrecer?; 2) o que fazer com o café colhido?; 3) como financiar a operação, em uma situação em que os recursos externos deixaram de estar disponíveis? De todo modo, a queda imediata dos preços dos produtos exportados levou à falência da convertibilidade e à depreciação significativa da moeda nacional sem desarmar o impasse, uma vez que, ainda que a variação cambial protegesse os exportadores, os preços desabaram e nova retenção de estoques só seria viável com recursos internos. A solução dada pelo governo - sustentação das colheitas por meio de compra da produção e sucessiva queima dos estoques –

19 Ver FEB, Parte Cinco, cap. 31.

representou em última análise uma modalidade de socialização dos prejuízos adaptada às novas circunstâncias.

A resposta aos questionamentos a respeito do ‘grau de efetividade dos mecanismos de defesa’ e das modificações estruturais produzidas na economia é a que se tornaria clássica em Formação Econômica do Brasil: a política cafeeira pós-crise manteve o nível de emprego na economia exportadora e, indiretamente, na economia voltada ao mercado interno. Implicou redução do impacto do multiplicador de desemprego, pois “... ao permitir que se colhessem quantidades crescentes de café, estava-se inconscientemente evitando que a renda monetária se contraísse na mesma proporção que o preço monetário que o agricultor recebia por seu produto.” (Furtado, 1954, 128/129). A conclusão de que “... estávamos em verdade construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes” (Furtado, 1954, 130) se tornaria bem conhecida na obra subsequente.²⁰

Em síntese, o Brasil teria efetuado uma política anticíclica inconsciente de grandes dimensões, na qual a acumulação de estoques funcionava como investimento líquido – com a diferença apenas de não se criar capacidade produtiva. Acredito que, em meio a tantas soluções inovadoras, o ponto focal da análise de Furtado a respeito da reação à crise exportadora radica na utilização criativa de uma simples identidade da contabilidade social: a equiparação entre formação de estoques e investimento líquido.

A análise das consequências da política cafeeira sobre o sistema econômico antecipa a bem conhecida fórmula de *Formação Econô-*

20 Parte Cinco, cap. 31 de FEB. No capítulo 31 (*Os Mecanismos de Defesa e a Crise de 1929*), a tabela utilizada para ilustrar o comportamento da renda em virtude da política cafeeira assumida no pós-crise, bem como diversos parágrafos, são transpostos integralmente ou com pequenas modificações de *A Economia Brasileira. A percepção de Furtado sobre as virtudes (e deméritos) do mecanismo de sustentação do café era bem outra em Características Gerais, como veremos.*

mica do Brasil. Em síntese, a renda preservada dirigiu-se ao mercado interno, uma vez que a depreciação cambial produziu uma mudança abrupta dos preços relativos em favor do produto local. Inicia-se o processo de substituição de importações impelido por constrangimentos cambiais. Cria-se uma ‘situação praticamente nova na economia brasileira’, que é a preponderância do mercado interno na formação de capital.

Adicionam-se dois elementos significativos à análise da ruptura que levou ao processo de substituição de importações. Primeiramente, a fuga de capitais do café em direção a outros produtos agrícolas de exportação, como o algodão, ou mesmo a atividades de mercado interno. Em segundo lugar, ênfase na possibilidade de expansão da oferta industrial por ocupação da capacidade instalada, um reconhecimento indireto do parque industrial existente no pré-1930.²¹ Complementarmente, cabe notar uma breve menção ao crescimento da indústria de bens de capital.

As modificações bruscas na estrutura econômica não poderiam deixar de produzir desequilíbrios. Furtado tem em vista a reconfiguração da estrutura produtiva com base nos novos preços relativos e sua possibilidade de sustentação, uma vez obtida recuperação das exportações e certo alívio cambial. Se na economia colonial este alívio se traduziria em recuperação das importações, no novo quadro os produtores internos concorrem pelas divisas escassas com os importadores. A consequência é a perda do mecanismo automático de correção via câmbio, uma vez que este provocaria uma inaceitável derrocada da produção local. A concorrência entre produtores internos e importadores pelo câmbio é o elemento novo, e crítico, do modelo que se instaura com a crise de 1929.

²¹ Tanto o texto de 1954 quanto o de 1959 são bastante omissos em relação à indústria brasileira ao início do século XX. Características Gerais dá mais importância à indústria brasileira pré-1930.

Diante do novo quadro, torna-se necessário administrar a taxa de câmbio. As consequências da nova política cambial sobre a estrutura econômica, as alternativas de política econômica abertas e, finalmente, as modalidades de crise suscitadas por um sistema orientado por expansão do mercado interno em condições de restrição cambial, são os temas do Capítulo V. Sintomaticamente, já o título do capítulo – A infraestrutura de desequilíbrios do crescimento recente - remete aos dilemas da política econômica do pós-guerra, inclusive as pressões inflacionárias, um tema de certa importância quando a obra foi redigida e que recebera atenção especial em Características Gerais.²²

Como obter equilíbrio no novo sistema, marcado por expansão do mercado e da produção interna sob restrições cambiais, é a questão que orienta o capítulo. O ponto de referência é o acúmulo de saldos positivos no balanço de pagamentos na Segunda Guerra, uma situação especial em que o governo fixou a taxa cambial a um nível de preços relativos que refletia a crise cambial dos anos 1930. A impossibilidade de importar havia criado um fluxo de poder de compra sem contrapartida na oferta de bens. Aumentara a renda monetária do setor exportador em uma situação de retração da oferta de importados, o que implicou que a renda monetária ficasse represada no mercado interno, pressionando os produtores locais. Nesta situação, e ao contrário do que ocorrera no imediato pós-crise, havia plena ocupação de capacidade produtiva e era difícil executar os investimentos que requeressem importação de equipamentos.

Furtado questiona se uma política alternativa de valorização da moeda nacional teria produzido equilíbrio, diante das restrições absolutas às importações, para concluir que a acumu-

²² O mesmo tema está presente em FEB, em especial nos capítulos 33 e 35.

lação de reservas e a pressão sobre o mercado monetário teriam sido de todo modo inevitáveis. Se acrescermos à pressão inflacionária da monetização das reservas o impacto adicional do déficit público nos anos de guerra, o quadro será de elevada demanda sobre o mercado local de bens, em uma situação de nula possibilidade de expansão das plantas e reposição de equipamentos. O resultado só poderia ser queda de produtividade e elevação da inflação, um resultado estimulado ainda pela atitude passiva das autoridades monetárias.

Furtado vai adiante, ao enfatizar as alterações da distribuição de renda produzidas pela inflação. Os argumentos sobre a inflação procuram levar em consideração tanto os aspectos monetários quanto os distributivos, e viriam a ser reiterados em *Formação Econômica do Brasil*.²³ A abordagem da inflação brasileira do texto de 1954 é inovadora, podendo mesmo ser considerada uma espécie de primeira versão dos diagnósticos estruturalistas da inflação latino-americana, que nos anos subsequentes caracterizariam a contribuição da CEPAL.²⁴

A análise do processo inflacionário arranca dos dilemas econômicos do pós-guerra. De acordo com Furtado, se olharmos pela ótica distributiva, os exportadores, que haviam sido protegidos pela fixação do câmbio, viram-se a seguir pressionados pela elevação dos custos. Considerando-se ainda a subida mais intensa dos preços dos produtos exportados que a dos preços internos, o saldo final será um benefício líquido para os exportadores. Por seu lado, a indústria interna beneficia-se das elevações de preços, embora a perda de produtividade exerça um impacto sobre os custos unitários dos produtos.

23 Os capítulos 33 e 35 de FEB repetem (muitas vezes *ipsis literis*) os argumentos do capítulo V de *A Economia Brasileira*.

24 Boianovsky (2012) nota que os argumentos sobre a inflação de *A Economia Brasileira* são substancialmente repetidos em FEB. Documenta ainda o caráter pioneiro do texto de 1954, considerando-se as mais reconhecidas formulações do diagnóstico estruturalista da inflação.

Duas possibilidades foram abertas pela relativa regularização do quadro do comércio internacional no pós-guerra: desvalorização da moeda ou controle seletivo das importações. A segunda solução, afinal adotada – segundo Furtado, em decorrência do receio dos impactos inflacionários da desvalorização cambial –, trouxe como efeito colateral o impulso suplementar ao processo de industrialização. O desequilíbrio cambial passou a ser administrado por controles administrativos, os quais reservavam as divisas às importações essenciais de equipamentos e de insumos não produzidos localmente; ou seja, às importações que atendiam às demandas da indústria. O barateamento relativo de bens de capital e insumos importados veio a favorecer uma indústria já beneficiada pela elevação dos preços de seus produtos à frente dos reajustes de custos.

Para Furtado, o quadro distributivo que se abre no pós-guerra é complexo. Não se trata de pura transferência de renda do setor exportador para o de mercado interno; nem de transferência do setor agrícola para o industrial (uma vez que os preços dos produtos agrícolas se elevaram); nem tampouco de penalização dos consumidores. A conclusão é de que ocorre é uma apropriação, pelos empresários, de parte do aumento da renda real resultante da melhora de preços de intercâmbio externo. O setor industrial veio a ser o maior beneficiário, simplesmente por representar o maior usuário das divisas racionadas. Paralelamente, o aumento de produtividade, em boa parte internalizado pela indústria, permitiu entre 1946 e 1951 a elevação da taxa de investimento sem o concomitante bloqueio ao consumo.

Voltando à análise do processo inflacionário, Furtado procura distinguir dois problemas: os efeitos da elevação dos preços e a razão pela qual os preços se elevam. Pelo lado dos efeitos do processo inflacionário, houve redução do

preço real dos equipamentos e estímulo ao investimento – o que levaria, em um movimento realimentador, a mais controle de câmbio e a benefícios renovados para os empresários.

A análise do quadro econômico entre 1939 e 1949, que tem como elemento central os dilemas entre inflação e câmbio, leva à conclusão de que a instabilidade representa, no caso brasileiro, um problema estrutural. A instabilidade inflacionária seria gerada por um conjunto complexo de fatores, envolvendo concorrência entre importadores e produtores internos, oscilações na capacidade de importar e, afinal, mas de não menor importância, atitude passiva das autoridades em relação à política monetária e fiscal.

Evitar a depreciação cambial por meio do controle das importações estimulou a elevação dos preços internos dos produtos com indisponibilidade cambial. Além disso, e na medida em que no imediato pós-guerra a importação de bens de capital custou a surtir efeito sobre a oferta de produtos, o quadro mais amplo continuou a ser o de criação de uma renda monetária que não encontraria contrapartida na estrutura de oferta, com a decorrente pressão inflacionária.

É neste ponto que Furtado realiza um exercício lógico, em que contrasta a situação existente com uma situação ideal de inflação neutra, vale dizer, uma inflação que contemplasse harmonicamente todos os preços e grupos sociais, sem afetar a distribuição de renda.²⁵ Sua conclusão é de que, mesmo com inflação neutra, existem efeitos reais – ou seja, a neutralidade é apenas aparente, visto que os preços não crescem em simultâneo ou na mesma proporção. Teríamos de todo modo um equilíbrio instável, caracterizado pela seguinte sequência de acomodações: 1) sobem os preços dos produtos exportados e sobe a renda; 2) o controle das importações impede ou

25 Carvalho (2015) argumenta que Furtado propõe em *A Economia Brasileira um argumento pioneiro sobre inflação inercial*.

retarda a expansão da oferta; 3) cria-se ‘procura monetária excedente’. Enfim, o aumento da renda real é necessariamente acompanhado de desequilíbrio monetário, por sua vez estimulado pelo modo como opera o sistema bancário brasileiro. De acordo com Furtado, o sistema bancário responde passivamente à demanda de crédito pela indústria, originada na própria necessidade de adequar o capital de giro diante da expansão dos preços internos - um movimento recorrente, em que a expansão de crédito acaba por acomodar a elevação de preços.

Por debaixo dessa dinâmica monetária estaria a luta pela participação na renda real. Na medida em que a oferta se tornou inelástica pelo controle das importações, as manifestações monetárias do desequilíbrio se fizeram inevitáveis. A subida de preços antecede a expansão dos meios de pagamento, gerando uma espiral que apenas poderia ser cortada por uma política ativa das autoridades monetárias, no limite evitada porque a indústria e o comércio controlam o sistema bancário. Em outras palavras, indústria e comércio pressionam por crédito e obtêm sucesso em sua demanda, diante de um governo constrangido pela ameaça de desemprego.

Como se vê, o diagnóstico ‘estrutural’ de inflação adiantado em *A Economia Brasileira* é bastante complexo. Inclui elementos políticos e atuação do governo, as restrições efetivas de oferta criadas pelo controle cambial, os efeitos sobre preços relativos e lucros, a distribuição de renda ‘original’ e os impactos nela produzidos pelo fenômeno inflacionário. Considera ainda as características do sistema bancário brasileiro, as relações entre crédito e inflação e, finalmente, o papel da política monetária (ou a ausência de controles monetários devidos). O diagnóstico ‘estrutural’ integra, em caráter pioneiro, fenômenos monetários e distributivos na análise da inflação brasileira.

4. Antecedentes de A Economia Brasileira

A seção anterior já antecipou alguns dos argumentos de Características Gerais que se veriam transpostos à Economia Brasileira. Tais antecipações são menos típicas na tese de doutoramento, mas alguns de seus traços permanecem nos trabalhos dos anos 1950.²⁶ Economia Colonial inicia com uma interrogação sobre o significado de ‘colonização’. Especificamente, Furtado pergunta se a expansão comercial portuguesa implicava colonização. Assumindo o conceito de colonização como um processo que envolve emigração de população da potência colonizadora e dominação do novo território, contrasta a formação de entrepostos coloniais na Ásia com a ocupação do território no Brasil. Enquanto na Ásia os portugueses realizaram apenas dominação, contato comercial e militar, sem ocupação de território, a colonização brasileira teria sido específica, por envolver ocupação e exploração comercial do território, embora, de início, um diminuto transplante populacional.

Economia Colonial contrasta ainda a exploração de pau-brasil com o ciclo canavieiro. A primeira se fez por meio de feitorias, não podendo ser considerada colonização, no rigor do termo, uma vez que o trabalho utilizado foi o de indígenas conscritos ou atraídos por pequenos presentes. Já o ciclo canavieiro implicou transferência de capital, embora não de um grande contingente de população metropolitana, já que a solução para as imensas exigências de mão-de-obra repousou inteiramente na escravidão de africanos. Em um e em outro caso, o concurso de mão-de-obra não-europeia foi um elemento decisivo.

De todo modo, o ciclo canavieiro foi uma experiência intensamente comercial, o que

26 Szmezcányi (2003) destaca a conexão entre Economia Colonial e Formação Econômica do Brasil.

afasta da colonização do Brasil qualquer traço de feudalismo, regime que na Europa decorreu exatamente de retração dos nexos comerciais. E, a despeito da pequena emigração de portugueses, a experiência portuguesa de colonização teria sido a primeira a fixar europeus nos trópicos. Enfim, a cana-de-açúcar, uma cultura de elevado rendimento comercial, dependente da mão-de-obra escrava, deu arremate à colonização nos trópicos.

A economia açucareira foi ainda o “... elemento fundamental de modelagem da sociedade brasileira” (Furtado, 1948, 107). Furtado se vale das contribuições de Gilberto Freyre e refere-se à estrutura econômica e social da sociedade canavieira, cuja ‘célula social’ teria sido constituída pelo binômio engenho e senhor de engenho. Em torno desse núcleo gravitam os escravos, os pequenos contingentes de trabalhadores livres, os plantadores subalternos; além, naturalmente, de gravitar a ordem política e social na nova experiência de civilização que se ergue nos trópicos.

Por suas elevadas exigências de capital, a cultura de cana é típica do que Furtado denominou em 1948 de ‘sistema de agricultura tropical’, um sistema que necessariamente envolve grande propriedade e se revela hostil às unidades produtivas pequenas. Grande propriedade e exclusão social são os esteios do sistema, sendo a escravidão ‘sustentáculo e consequência’ da monocultura latifundiária.

Por outro lado, em função da produção para o mercado externo, Furtado admite já em 1948 que o centro de gravidade da economia está fora do país.²⁷ Especificamente, a economia colonial acomoda-se aos ciclos de preços e demanda do mercado internacional, revelando uma sensibilidade extrema às crises. Além disso, no

27 Ver a respeito Paula (2015), que analisa a inserção de Economia Colonial, e da obra de Furtado de modo geral, na cultura histórica.

caso brasileiro, a riqueza foi para o exterior ou se concentrou no núcleo senhorial - um contraste com a colonização na América do Norte, a qual admitiu a convivência de dois sistemas, o de agricultura tropical (grande propriedade) e o de povoamento com utilização de pequenas propriedades. Como se sabe, o contraste entre a experiência norte-americana de colonização com pequenas propriedades e o latifúndio agro-canaieiro, um ponto central na delimitação do modelo de exploração colonial português no Brasil, seria um dos temas recorrentes de Furtado.

Já em Características Gerais, a expressão 'economia de tipo colonial' designa economias baseadas na exportação de poucos produtos primários e importação de grande número de artigos de consumo, sobretudo manufaturas leves. O conceito de 'economia de tipo colonial' do texto de 1950 é de grande amplitude, inclusive cronológica: a economia brasileira teria sido de tipo colonial até 1914. Tomando como ponto de partida para a discussão dos problemas da economia brasileira a secular deterioração dos termos de troca, Furtado conclui que este tipo de estrutura - a colonial - facilita, via taxa de câmbio, a transferência das perdas provocadas pela relação de troca e pelas baixas brutas dos preços dos produtos primários exportados. Temos aqui a combinação da hipótese de deterioração dos termos de troca com a ideia de que mudanças na taxa de câmbio permitem transferir as perdas dos exportadores aos importadores - uma antecipação do clássico argumento da 'socialização das perdas'.²⁸

Ainda de acordo com Furtado, a correção automática do balanço de pagamentos em situações de crises exportadoras seria tolhida por um conjunto de mecanismos, o qual envolve: defasagem entre as encomendas dos importadores

e o pagamento efetivo das importações; cessação da entrada de capitais e eventual repatriação dos capitais internacionais; forte peso do passivo da dívida (inclusive da dívida pública) no balanço de pagamentos. A deterioração da situação fiscal, por sua vez, leva a emissões que impulsionam a elevação dos preços internos. Como se vê, no texto de 1950 já estão esboçados argumentos sobre as crises exportadoras e suas consequências, inclusive inflação, que viriam a ser desenvolvidos em A Economia Brasileira.

Na 'economia de tipo colonial', a prosperidade implica aumento das transferências ao exterior. Furtado se vale aqui de um conceito 'físico' de produtividade, para afirmar que não há correlação entre o ritmo de crescimento econômico e o aumento de produtividade na economia. Auges exportadores e prosperidade decorrem apenas do aumento de preços e/ou de vendas no mercado internacional, associando-se à concentração de renda e à decorrente lenta formação do mercado interno. Na alta cíclica, o efeito multiplicador seria nulo, porque a renda em expansão seria direcionada ao consumo de produtos importados para as elites.

Os salários, por seu turno, não crescem na expansão.²⁹ Nas economias coloniais os ciclos exportadores se sucedem, sem se sobrepor - uma fase expansiva significa a absorção de mão-de-obra que se tornou redundante na baixa cíclica anterior. Nosso mais importante ciclo colonial, o do café com base no trabalho livre, teve que apelar à mão-de-obra imigrante. Enfim, os surtos exportadores não absorvem a mão-de-obra, que se torna cronicamente redundante. Redundância de mão-de-obra e contenção salarial, elementos típicos dos modelos de desenvolvimento de Furtado para a América Latina, estão bem presentes no texto de 1950.

²⁸ Como vimos, Love (1996) aponta o pioneirismo de Características Gerais na construção do argumento de 'socialização das perdas'.

²⁹ Furtado pressupõe, ou ao menos aponta para, um regime de mão-de-obra livre - o qual não se situa cronologicamente fora de sua definição de economia colonial.

A título de síntese, o artigo alinha ao final os traços fundamentais da economia brasileira, todos decorrentes de sua base colonial: 1. Os mecanismos de socialização das perdas e concentração dos benefícios fazem surgir um ‘espírito de elevados lucros’, que passará da agricultura à indústria; 2. A baixa produtividade geral e o elevado nível de gastos das classes dirigentes implicam pequena formação de poupança; 3. Associados à pequena poupança, os elevados lucros condicionam juros elevados; 4. Os salários reais encontram-se permanentemente deprimidos; 5. Os baixos salários na agricultura balizam e impedem o crescimento dos salários nos demais setores; 6. Em decorrência, o mercado interno cresce lentamente; 7. Finalmente, todos os fatores anteriores retardam a formação de um ‘autêntico espírito de empresa’.

Para Furtado, o dilema econômico brasileiro decorreria de suas origens coloniais. A própria industrialização estaria condicionada à herança colonial, embora tenha vindo a criar uma série de desafios cujo enfrentamento seria decisivo para a superação do atraso econômico. Já no artigo de 1950, os surtos de crescimento da indústria são relacionados aos impasses no modelo colonial, em especial os relacionados a fortes restrições externas. O bloqueio à importação de manufaturados (guerras mundiais) e as crises exportadoras (Grande Depressão) são admitidos como impulsionadores da indústria. No entanto, *Características Gerais* destaca como propícios à formação de um ‘primeiro núcleo industrial’ fatores inerentes ao próprio modelo colonial, como a depreciação da moeda nacional (para proteção dos exportadores e da nascente indústria nacional); a formação de um mercado de trabalho livre pelo café; o baixo custo de mão-de-obra e de matérias primas, aliado à aludida expansão do mercado interno; a proteção aduaneira.

De todo modo, a indústria interna, cujo

embrião é situado no período colonial, teria sua expansão tolhida por qualquer retomada do surto exportador e subsequente melhora das relações de troca. Mesmo em situações em que a taxa de câmbio não se ajusta à melhora das relações de troca, a elite social retoma as importações, restringindo o mercado para produtos industriais. Somam-se ao direcionamento do consumo das elites aos produtos importados as barreiras à elevação salarial, decorrentes de excedente de mão-de-obra. A economia colonial tem como uma de suas características a de que “...a alta cíclica não significa (que) necessariamente aumento da massa dos salários pagos, assim como a depressão não implica automaticamente em desemprego.” (Furtado, 1950, 16). Desse modo, apenas circunstâncias excepcionais, como as guerras, reduziram o coeficiente de importações a ponto de levar a uma expansão sensível da produção industrial interna. Furtado refere-se em especial à indústria têxtil, a qual, no seu entendimento, é a que mais sofre as consequências da apreciação cambial.

Furtado discute ainda um tema candente ao início dos anos 1950, e que, como vimos, viria a receber extenso tratamento em *A Economia Brasileira: os efeitos da política econômica do período da Segunda Guerra*, a qual teve como resultados imediatos expansão dos lucros da indústria e inflação. A têxtil é assumida no texto de 1950 como caso emblemático de atividade industrial que, surgida como desdobramento da economia colonial, incorpora características típicas: ausência de modernização, baixos salários, manutenção de preços elevados (e por essa via reiteração da concentração de renda e mercado interno restrito). Enfim, um quadro contrastante com o que se observa em ‘economias à base de mercado interno’, nas quais a elevação dos salários anda a par com aumentos de produtividade.

É importante observar que a economia

brasileira teria representado ao longo de todo o período de dominância da atividade colonial um caso típico de ‘estagnação’.³⁰ A ruptura com o modelo colonial e com a lógica de estagnação, ou o “término de uma fase evolutiva da economia brasileira” (Furtado, 1950, 23) teria ocorrido apenas em 1929, data que representa, se não o início de uma ‘economia industrial’, ao menos o lançamento de uma fase em que os investimentos industriais tornam-se preponderantes e a estagnação deixa de representar destino inexorável.

O fator principal para a mudança de modelo teria sido a desvalorização da moeda, produzida pelo choque externo e por uma sucessão de constrangimentos cambiais, associada à decisão de destruir parte do estoque de café. Curiosamente, o artigo de 1950 não dá à destruição do estoque de café o status de ‘política keynesiana’ decisiva, que lhe viria a ser atribuído obras posteriores. Furtado até mesmo se abstém de “... julgar aqui o valor dessa política malthusiana” (Furtado, 1950, 25), insinuando que um desestímulo mais forte ao café poderia ter liberado para outros setores os ‘fatores de produção’. Assinala, no entanto, que a política de destruição de estoques se situava no mesmo espírito de ‘socialização das perdas’ de épocas anteriores.

A conclusão é a de que, malgrado o esforço de diversificação das exportações primárias, a queda dos preços forçou a desvalorização cambial e levou a uma escassez de divisas, em um racionamento de importações, de fato ou administrado. Enfim, a redução forçada do coeficiente de importações veio afinal a impulsionar a expansão do mercado interno.

5. Conclusões

A exposição de argumentos decisivos de *Economia Colonial e de Características Gerais*

30 Furtado chega a afirmar que, do início do período colonial até o final do século XIX, a renda per capita praticamente não cresceu no Brasil.

permite que se destaquem, em contraste com A Economia Brasileira, os elementos de ruptura e de inovação, assim como os de continuidade, na trajetória de Celso Furtado no período que vai de sua tese de doutoramento até 1954. Vale assinalar, em primeiro lugar, a presença - e as modificações - do conceito de ‘colonização’. A própria ideia de ‘colonização’ traz à tona o conteúdo histórico e os atavismos do desenvolvimento econômico brasileiro. Para Furtado, nenhum fenômeno econômico, inclusive as vicissitudes da industrialização brasileira no pós-Segunda Guerra, explicam-se fora do ambiente histórico e das circunstâncias de sua evolução, ou da ‘formação econômica do Brasil’.

Note-se que ‘colonização’ adquire um sentido no texto de 1948, e outro bem diverso no texto de 1950; neste, já associado à ausência de industrialização e à importação de produtos industriais. Enquanto na tese de doutorado ‘colonização’ relaciona-se à projeção de recursos e população, visando a ocupação de um território, o texto de 1950 preocupa-se com a caracterização de uma ‘economia colonial’: aquela que exporta um número restrito de produtos primários e importa manufaturas em grande volume. Em resumo, Furtado em 1950 já mostra preocupação com as características e os impasses de uma industrialização realizada no interior de um sistema predominantemente primário-exportador. Na tese doutoral, mesmo a de certo modo paradoxal conclusão (parte III), que discute os ‘atavismos coloniais do Brasil atual’, atem-se apenas a características da agricultura brasileira, sem qualquer referência à industrialização. O Brasil em industrialização, uma perspectiva que emerge apenas no texto de 1950, de certo modo orienta a revisão da herança colonial efetuada por Furtado. Assinale-se que a monocultura exportadora aparece, tanto na tese como no trabalho de 1950, como uma herança problemática do período colonial.

Já a ênfase nas características da unidade produtiva canavieira, um traço comum às diversas versões do modelo histórico-estrutural, remonta à tese de doutorado. Ao longo de toda a obra histórica de Furtado, o engenho e a lavoura canavieira aparecem como a célula formativa da economia e da sociedade brasileiras. Os elementos essenciais da economia exportadora escravista são retirados exatamente da descrição da lavoura canavieira: presença de mão-de-obra escrava, relações com o exterior, baixo nível de monetização interna ao território, escassez de capital e de mão-de-obra livre, formação de uma elite importadora, complementaridade do 'setor de subsistência'... Em *A Economia Brasileira*, assim como nos trabalhos subsequentes, cada ciclo exportador sucessivo (mineração, café), bem como as atividades ancilares (pecuária), e/ou aquelas surgidas a partir de alguma diversificação agrícola (algodão, fumo, atividades de subsistência), tem seus mecanismos internos descritos por diferenciação em relação à matriz açucareira.

De todo modo, *Características Gerais* perde a sutileza da diferenciação histórica, por englobar em um amplíssimo conceito de 'colonização' todas as atividades primário-exportadoras pelas quais o Brasil passou em fases sucessivas. Ou melhor, para situar os dilemas do desenvolvimento industrial brasileiro, Furtado relacionou-os em 1950 às características da economia colonial. Uma decorrência interessante foi o esforço de jogar para o período colonial tanto comportamentos em política econômica que se tornariam característicos da substituição de importações - a 'socialização das perdas', por exemplo -, como traços da estrutura social de elevada importância para o processo de industrialização - concentração de renda e o decorrente estreitamento de mercados são casos típicos. Enfim, Furtado atribui certos dilemas da industrialização a suas ori-

gens coloniais, para, simultaneamente, introjetar na dinâmica da economia colonial características decisivas do modelo de industrialização por substituição de importações. Embora 'industrialização por substituição de importações' viesse a se tornar uma expressão de amplo uso apenas posteriormente, a industrialização movida por restrições cambiais já é uma ideia presente no texto de 1950.

Presentes, do mesmo modo, os elementos nucleares do modelo de crescimento com excedente estrutural de mão-de-obra, os quais, vale lembrar, Furtado relaciona em todas as obras às origens colonial-escravistas do Brasil. Concentração de renda, assim como pequena dimensão do mercado interno e baixa produtividade, são decorrências da origem colonial. Em *Características Gerais* Furtado arrisca uma análise sociológica, ao propor que a classe dirigente brasileira é pouco frugal e avessa à poupança, o que prejudica a formação de um 'autêntico espírito de empresa'. Note-se que esse esboço de sociologia das classes empresariais ampara-se na caracterização de 'economia colonial' e, portanto, na história. Embora profundamente modificado em obras posteriores, o esboço ao menos antecipa dois elementos que permanecerão nas subsequentes abordagens: o consumo suntuário das elites e a baixa taxa de poupança da economia.

O traço importante e de certo modo pioneiro de *Características Gerais* consiste na aplicação persistente de elementos de análise econômica à caracterização dos quadros históricos. Furtado procura dar inteligibilidade e coerência ao fluxo histórico, ao resumir suas principais características econômicas e aplicar elementos e categorias da análise econômica. Além disso, os dilemas do presente inspiram a síntese histórica. Obviamente, a questão de fundo são os impasses de uma industrialização movida em meio a res-

trições cambiais, em um país cuja economia se caracterizara até as primeiras décadas do século XX por exportações primárias concentradas em poucos produtos, e cuja população encontrava-se em grande medida submetida à pobreza característica de ‘economias coloniais’ com excedente de mão-de-obra.

A Economia Brasileira representa o amadurecimento do método histórico-estrutural, exatamente por ampliar o painel histórico – que passa a abarcar agora as fases sucessivas do longo período primário-exportador e as primeiras décadas da industrialização – e por aprofundar a aplicação aos diversos períodos históricos das ferramentas da análise econômica: identidade poupança-investimento; identidade renda-despesa; economia monetária versus não-monetária; comércio externo e taxa de câmbio; multiplicador; preços relativos; política monetária; restrições fiscais. Em particular, o trabalho de 1954 exibe um pleno domínio da temática cambial, uma herança notória da agenda da CEPAL. O extenso tratamento dado por Furtado à questão cambial em *Formação Econômica do Brasil* é na certa caudatário do texto de 1954.¹

Afora a questão cambial, é importante assinalar elementos distintivos adicionais que, intocados ou com alterações, integraram-se à em definitivo à visão do autor. Na medida em que a reconstituição das contribuições principais do texto de 1954 e de suas diferenças em relação ao de 1959 foram objeto da seção 2, podemos nos fixar apenas em elementos gerais e característicos das diversas abordagens históricas de Furtado.

Um deles é o contraste entre ‘economia comercial’ e ‘economia industrial’. Como vimos, ‘economia industrial’ é um conceito que reaparece em *Formação Econômica do Brasil*. Embora

¹ Coutinho (2009) discute o tratamento dado por Furtado às questões cambiais em FEB.

no texto de 1954 a exemplificação de Furtado recorra às cidades-estado italianas do período anterior à expansão atlântica, são flagrantes as analogias com contrastes, ou dicotomias, relacionados ao ambiente totalmente distinto da economia brasileira. ‘Economia escravista’ versus ‘economia de trabalho livre’, ‘economia colonial’ versus ‘economia industrial’, são pares análogos. No fundo, Furtado quer se referir a atividades dinâmicas mercantis que não implicam - ou, alternativamente, implicam - pagamento generalizado de fatores. Havendo pagamento de fatores, as atividades econômicas serão dinamizadas tanto para trás – pagamento de assalariados, de insumos e matérias primas – como para frente - necessidade de realização dos lucros para saldar compromissos e assegurar continuidade dos negócios. A economia exportadora escravista brasileira representaria um caso, mesmo que transfigurado, de ‘economia comercial’. Já a indústria, e mesmo a agricultura exportadora com mão-de-obra livre, representam a versão brasileira da ‘economia industrial’.

Acima foi dito que o modelo, ou célula básica, à qual Furtado aplica elementos de análise econômica, é a agricultura canavieira colonial, em particular a nordestina, cujas características são: ausência de mão-de-obra livre, poucas transações extra-propriedade (afora a venda do produto final), dispêndios monetários maciços no exterior (compra de escravos e de bens de consumo suntuário), pequena circulação monetária no interior do território, convivência com ‘economia de subsistência’, ausência de progresso técnico. Note-se que pouca atenção é dada ao abastecimento dos núcleos urbanos.² Pode-se dizer que a insistência na unidade produtora açucareira nordestina, com suas particularidades, de certo modo põe em segundo plano a descrição específica e mesmo o reconhecimento da importância de outras atividades escravista-

² Que serão considerados na análise da mineração.

-exportadoras. A produção açucareira do sudeste no século XIX e a lavoura escravista do café são casos notórios de culturas de grande impacto sobre a economia brasileira, praticamente ausentes do painel histórico de Furtado. A rigor, não é exagero afirmar que o século XIX e o período pós-independência, de modo geral, representam lacunas da síntese histórica de Furtado.³

A análise específica da agricultura de mercado interno com mão-de-obra livre, do final do século XIX e, principalmente, do século XX, representa outra lacuna importante do texto de 1954. É possível que a hipótese de inelasticidade da oferta de alimentos, muito presente na discussão das pressões inflacionárias do pós-guerra, tenha vindo a plasmar a visão de uma agricultura de mercado interno pouco diferenciada e dinâmica. Talvez por essa razão não se tenham buscado explicações suplementares e específicas para a estrutura e o desempenho da agricultura de mercado interno - sem dúvida, uma das lacunas de Formação Econômica do Brasil.

A título de conclusão, pode-se dizer que a estrutura e o conteúdo do texto de 1954 são praticamente definitivos em tópicos tão decisivos como a crise da economia primário-exportadora, a industrialização, a passagem de um modelo primário-exportador a outro essencialmente baseado no mercado interno. De modo específico, e tomando-se a obra de 1959 como o termo de comparação, são tópicos totalmente caracterizados no livro de 1954 a análise da crise da economia cafeeira (e sua expansão no pré-1930), a caracterização do impulso industrializante representado por uma crise cambial de grandes proporções, a própria dinâmica do processo de substituição de importações. O mesmo pode ser afirmado da análise dos impasses do período 1945-1953 e, principalmente, do papel

³ A economia cafeeira com trabalho livre do final do século XIX recebe atenção. A hipótese de que a renda per capita teria ficado estagnada no século XIX talvez explique a pouca atenção dada ao período.

desempenhado pelas políticas cambial e monetária. Finalmente, integram o modelo de 1954 o reconhecimento de uma estrutura social opressiva, que remonta à escravidão, a dispersão pelo território de uma população ocupada em atividades de baixa produtividade e, não menos importante, o domínio político de uma oligarquia conservadora que se assenhora do estado. Os dilemas econômicos e políticos de uma nação que se industrializa e urbaniza, aliás, constituem o pano de fundo da reconstituição histórica de Furtado. Pode-se dizer que em todos os aspectos - e não apenas na antecipação de um ou outro elemento - *A Economia Brasileira* representa a matriz de *Formação Econômica do Brasil* e do método histórico-estrutural de Furtado.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1986.

BOIANOVSKY, M. 'Celso Furtado and the Structuralist-Monetarist Debate on Economic Stabilization in Latin America'. In: Duke University, *History of Political Economy*, 2012, 44-2.

CARVALHO, A.R. *The conceptual Evolution of Inflation Inertia in Brazil*. S. Paulo, FEA-USP, 2015.

COUTINHO, M. 'A Teoria Econômica de Celso Furtado: Formação Econômica o Brasil'. In: Marcos Costa Lima; Mauricio Dias David. (Org.). *A Atualidade do Pensamento de Celso Furtado*. Vila Nova: Verbena Editora Ltda., 2008.

COUTINHO, M. 'A política cambial: instrumento privilegiado na análise da Formação Econômica do Brasil'. In: Coelho e Granziera (orgs.). *Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 2009.

FURTADO, C. *Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2001.

FURTADO, C. 'Características Gerais da Economia Brasileira'. In: Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Economia*, vol.4, 1950, n.1.

FURTADO, C. *A Economia Brasileira (Contribuição à análise de seu desenvolvimento)*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1954.

FURTADO, C. *Uma Economia Dependente*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura, 1956.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

FURTADO, C. *A Fantasia Organizada*. In: Furtado, C. *Obra Biográfica*, São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LOVE, J. L. *Crafting the Third World. Theorizing Underdevelopment in Romania and Brazil*. Stanford, Stanford University Press, 1996.

PAULA, J.A. 'Celso Furtado, a história e a historiografia'. In: Rio de Janeiro, CICEF, *Cadernos do Desenvolvimento*, vol. 10, n. 17, 2015.

SILVA, R.P. *O Jovem Celso Furtado. História, política e economia – 1941-48*. Bauru, EDUSC, 2011.

SMRECSÁNYI, T. 'Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil'. In: Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de empresas. Caxambu, ABPHE, 2003.

